



# RELATÓRIO FINAL

Estudo Sobre a Situação das Infra-estruturas Escolares e seu Impacto no Acesso para as Crianças com Deficiência no Ensino Primário na Província de Maputo

Maputo, outubro de 2018



## ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	3
AGRADECIMENTOS .....	4
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
1. INTRODUÇÃO .....	10
1.1. Objetivos do estudo.....	11
2. METODOLOGIA .....	18
2.1. Fases da realização do estudo.....	18
2.2. Cobertura Geográfica versus Amostra da Pesquisa .....	20
2.3. Constrangimentos do Estudo .....	22
3. RESULTADOS DO ESTUDO.....	23
4.3. Impacto (positivo e negativo) da existência/não existências de condições de acesso das infraestruturas escolares para crianças com necessidade educativa especial. ....	32
5. CONCLUSÕES .....	35
6. RECOMENDAÇÕES .....	37
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40
8. APÊNDICES.....	43
Tabela 2 – Cobertura das Entrevistas.....	44
GUIÕES DE ENTREVISTAS .....	45



## LISTA DE ABREVIATURAS

- **ADEMO**- Associação dos deficientes de Moçambique
- **AJODEMO**-Associação dos Jovens deficientes de Moçambique
- **CERCI**-Centro de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
- **DA**- Deficiência Auditiva
- **CRM**-Constituição da República de Moçambique
- **FAMOD**- Fórum das Associações Moçambicanas dos Deficientes
- **INDV**– Instituto Nacional de Deficiência Auditiva
- **INE- Instituto** Nacional de Estatística
- **MINEDH**-Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
- **MEPT**- Movimento de educação para Todos
- **NEE** – Necessidades Educativas Especiais
- **OSCs**-Organizações da Sociedade Civil
- **PCEB** – Plano Curricular do Ensino Básico
- **PESE**- Plano Estratégico do Sector de Educação
- **PEE**- Plano Estratégico da Educação
- **POEEIDCD**- Plano de Orientação Estratégica para Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência
- **PNAC**-Plano Nacional de Acção para a Criança
- **PNAD**-Plano Nacional de Acção para Deficiência
- **UNESCO**- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura



## **AGRADECIMENTOS**

O Movimento de Educação para Todos, adiante abreviado por MEPT, endereça os seus sinceros e profundos agradecimentos a todas as entidades e individualidades que contribuíram para a concretização dos objectivos desta pesquisa especificamente: membros da Associação dos Deficientes de Moçambique-ADEMO, Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano da República de Moçambique, através do Departamento de Educação Especial, Direcção de Infra-estruturas e Equipamento Escolar, directores/as das escolas Completas Especiais nº1 e 2, directores das escolas Públicas e Comunitárias, jornalistas da TV Surdo- Média inclusiva, técnicos do Ministério das Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, que muito calorosamente facilitaram o processo de inserção dos investigadores de modo que pudessem realizar com sucesso a recolha de dados ao nível do local de incidência do estudo (Maputo Província e Cidade).



## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

O estudo com o título “Situação das Infra-estruturas Escolares e seu Impacto no Acesso para as Crianças com Deficiência no Ensino Primário na Província de Maputo, visava: Compreender a situação arquitectónica das infra-estruturas escolares e o seu impacto no acesso para as crianças com deficiência, no ensino primário na Província de Maputo”. O mesmo foi encomendado pela MEPT- que é uma rede/coligação de Organizações Não Governamentais, Associações, Organizações Comunitárias de Base e Pessoas Singulares que trabalham e/ou que se interessam pela melhoria da qualidade de educação em Moçambique.

Pretendia-se com este estudo, descrever condições de acesso nas infra-estruturas escolares para crianças com necessidades educativas especiais, Conhecer o impacto das condições de acesso nas infra-estruturas escolares para crianças com necessidade educativa especial da Província e cidade de Maputo.

O estudo foi realizado por uma equipa formado por quatro (04) consultores, entre os meses de Setembro e Outubro de 2018, na Província e Cidade de Maputo e teve a duração de 45 dias. Em termos de instrumentos de colecta de dados ao nível do terreno, utilizou-se a entrevistas semi-estruturada e a observação directa.

Em relação à amostra foram abrangidas um total de 49 informantes pertencentes as escolas primárias da Cidade de Maputo e Província de Maputo. Igualmente, foram contactadas nmmembros de algumas entidades com interesse no assunto pesquisado tais como: Associação dos Deficientes de Moçambique-ADEMO, Departamento de Infra-estruturas e Equipamento Escolar, Departamento de Educação Especial, Escola Primária Completa nº 1, Escola Primária Completa nº 2, Membros da TV Surdo - Média Inclusiva.

Em termos de constrangimentos metodológicos destacam-se os seguintes: A não entrevista dos membros do Ministério das Obras Públicas e Recursos Hídricos, devido ao excesso de burocracia.

Em termos de estrutura do relatório, pode-se verificar que no **Primeiro Capítulo** encontramos a **Introdução**, – onde se refere ao contexto socioeconómico de Moçambique, os actores, a localização, os objectivos e resultados esperados do estudo. **O Capítulo 2** descreve, brevemente, a **metodologia** utilizada no estudo; o **Capítulo 3**, apresenta as **Constatações, Observações e Análises**, onde estão patentes os resultados mais importantes da pesquisa. **No Capítulo 4**, faz-se referência às principais **conclusões** a que o estudo chegou, subdividido em variáveis ou categorias de análise. E aliado a isso referenciam-se as **recomendações** para os mais diversos intervenientes da pesquisa.

#### • **RESULTADOS DO ESTUDO**

A pesquisa constatou que embora Moçambique seja signatário da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e tenha também uma legislação actual que preconiza a reestruturação arquitetónica das infra-estruturas escolares, a questão da acessibilidade e do melhoramento das condições arquitectónicas das infra-estruturas escolares, ainda constitui um enorme desafio, isto porque passados dez anos da promulgação do decreto-lei 53/2008 de 30 de Dezembro, as escolas da Província e Cidade de Maputo continuam a não obedecer os critérios de construção plasmados no instrumento legal acima supracitado.

.Diante disso, o estudo constatou que no que tange a acessibilidade, ainda prevalece a inexistência de rampas que permitem a fácil locomoção das pessoas com deficiência. Igualmente notou-se que nos quartos de banho, a entrada que dá acesso directo à sanita, assim como o próprio modelo de sanita existente nas escolas visitadas pelo estudo, não permite que as pessoas

com deficiência física (cadeirante) possam fazer o seu devido uso. Em relação às salas de aulas, casas de banho, biblioteca, pátio de diversão, áreas administrativas, de prática desportiva, de recreação, de alimentação e demais ambientes pedagógicos dos edifícios escolares visitados, constatou-se que não possuem nem se quer, uma rota acessível que permita que os alunos e alunas com deficiência física e visual possam frequentar e ou fazer o uso dos espaços acima referidos.

O estudo constatou que em relação ao impacto das condições de acesso das infra-estruturas escolares para as crianças com necessidades educativas especiais, conclui-se que os impactos se subdividem em *positivos* e *negativos*, onde no positivo, as boas reformas arquitetónicas das infra-estruturas escolares possibilitam e influenciam no aproveitamento pedagógico dos alunos com NEE, pois garante-lhes conforto e bem-estar. Mas também, influencia directamente no interesse dos familiares em levar os seus filhos com NEE as escolas. Igualmente, motiva os alunos com NEE em permanecerem nas escolas.

No que diz respeito aos impactos negativos resultantes da falta de acesso das infra-estruturas escolares, o estudo verificou que esta pode abrir espaço para a predominância da desmotivação e conseqüente ausência e evasão escolar dos alunos com NEE.

- **Principais recomendações**

**Para o MINEDH**

- Fazer respeitar o decreto-lei 53/2008 de 30 de Dezembro no âmbito das construções ou reconstrução de infra-estruturas, criando uma plataforma de comunicação com as entidades responsáveis nas construções de edifícios escolares.

- Efectuar monitoria multisectorial e disciplinar para monitorar as construções. Nesta equipa deve ter um membro da OSC;
- Criar fundos juntos dos parceiros para que as construções dos edifícios escolares obedeçam o que está plasmado no Decreto 53/2008 de 30 de Dezembro;
- Ajustar as infra-estruturas escolares antigas, de modo que possa albergar as exigências existentes no Decreto-Lei 53/2008 de 30 de Dezembro;
- Continuar a aprofundar a todos os níveis o debate sobre temáticas de Direitos à Educação dos alunos com necessidades educativas especiais, pois estes são também membros da sociedade e merecem uma atenção especial, sem que isso signifique discriminação, mas sim um esforço de mantê-los em condições de igualdade com os outros.

### **Para as OSCs**

- Continuar a advogar junto ao MINEDH para que as construções dos edifícios escolares obedeçam o que está plasmado no Decreto 53/2008 de 30 de Dezembro;
- Desenvolver uma estratégia de trabalho com as direções das escolas, pais e encarregados de educação, com vista a promover palestras, reuniões que visam partilhar o conteúdo e as linhas orientadoras existente no Decreto 53/2008 de 30 de Dezembro;
- Em colaboração com o Ministério, providenciar capacitações contínuas aos professores em técnicas básicas de ensino inclusivo;
- Incluir no programa de formação inicial e contínua de professores, metodologias que permitem com que os professores tenham





competência básica e avançada para lidar com alunos com NEE, tais como línguas de sinais, sistema Braille, etc.

### **Para as Direções das Escolas**

- Promover um diálogo permanente com os membros dos Conselhos de escola, de modo a alocar os fundos do ADE para a criação, por exemplo, de rampas, entre outros aspectos inerentes ao acesso das pessoas com necessidades educativas especiais;
- Dialogar com as direções Provinciais de educação, quiçá com o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, de modo que possa mostrar a situação da escola em termos de acessibilidade para as pessoas com necessidades educativas especiais;
- Juntamente com os Conselhos de escola, devem sensibilizar os pais e encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais, para que levem os seus filhos escola, pois existe uma Lei que os protege.

### **Para a Comunidade (País e Encarregados de Educação).**

- Os pais e encarregados de educação devem acompanhar os seus filhos á escola e exigir que lhes seja reposta o que o Decreto 53/2008 preconiza para as pessoas com deficiência;
- Participar de forma mais activa na formação dos seus educandos – por exemplo, pode monitorar o processo de integração, socialização (enduculturação) e ensino e aprendizagem dos seus educandos.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento é relatório do “**Estudo sobre a situação das infra-estruturas escolares e seu impacto no acesso para alunos com necessidades educativas especiais no Ensino Primário da Província de Maputo e Cidade de Maputo**”. O estudo foi encomendado pelo MEPT, que é a instituição implementadora do estudo, e cumulativamente uma rede/coligação de Organizações Não Governamentais, Associações, Organizações Comunitárias de Base e Pessoas Singulares que trabalham e/ou que se interessam pela melhoria da qualidade de educação em Moçambique.

Este estudo surge no âmbito das recomendações da conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca-Espanha, e que foi representada por 88 governos e 25 organizações internacionais, no qual o governo moçambicano é signatário dos compromissos declarados. Nesta conferência reafirmou-se o compromisso para com a Educação para Todos, onde com bastante urgência deveria se providenciar uma educação para as crianças, jovens e adultos de ambos os sexos com necessidades educativas especiais dentro do sistema regular de ensino. Igualmente na conferência de Salamanca, recomendou-se a efetivação de uma educação inclusiva onde todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Para que haja a efetivação, seria necessário, por um lado, a reforma das instituições sociais (adequação/Adaptação das infra-estruturas e providenciar o material didático adequado), por outro lado, a implementação de currículas apropriado e a inteira colaboração da comunidade.



### **1.1. Objetivos do estudo**

O estudo tinha como objectivo descrever a situação actual das infra-estruturas escolares e analisar o seu impacto no acesso para alunos com necessidades educativas especiais da Província e cidade de Maputo.

### **1.2. Resultados esperados com Estudo**

- Conhecidas as condições de acesso nas infra-estruturas escolares para crianças com necessidades educativas especiais;
- Conhecido o impacto das condições de acesso nas infra-estruturas escolares para crianças com necessidade educativa especial;
- Influenciado o sujeito de obrigação (o Governo) a criar condições de infra-estruturas para crianças com necessidade educativas especiais.

### **1.3. Contexto socio-económico de Moçambique**

Moçambique está localizado na África Austral e ocupa um território de cerca de 800.000 km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 28,86 milhões de pessoas, das quais 15,06 milhões do sexo feminino, de acordo com os resultados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação, organizado e realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2017. Quase dois terços da população vivem em áreas rurais e o terço restante em áreas urbanas. A maioria da população moçambicana é jovem, com cerca de metade dos seus cidadãos e cidadãs com menos de 18 anos.

De acordo com o relatório da ROSC (2014), em Moçambique existem cerca de 475.011 pessoas com deficiência, equivalente a 2% do total da população. E paralelamente ao acima citado, o Censo populacional de 2007 do INE, indica que em Moçambique, as crianças representam cerca de 50% da população. No entanto, tomando em consideração os dados do inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS), do INE divulgados em 2008, cerca de 14% destas Crianças com idades compreendidas entre dois e nove anos de idade tem algum tipo



de deficiência. A surdez representa o tipo de deficiência mais comum, seguida pela deficiência mental. No entanto, dados do estudo sobre “Características Socioeconómicas da População com Deficiência em Moçambique”, revelam que 68.1% de crianças com deficiência de 0 a 17 anos, não foram registadas, e a maior parte destas crianças reside nas zonas rurais. Por outro lado, as crianças com deficiência mental, surdas e cegas apresentam as taxas mais elevadas de analfabetismo. E as crianças do sexo feminino são as que mais apresentam as taxas mais altas do problema. O INE revela também que a proporção de pessoas com deficiência que frequentam a escola é maior nas idades iniciais e vai reduzindo à medida que a idade avança.

Diferentemente da situação das pessoas com deficiência que acima foi citado, importa referir que desde 1975 em Moçambique existiam 4 Escolas Especiais privadas, sendo duas na Cidade de Maputo (que cuidava de pessoas com Deficiência Auditiva e Mental), duas na província de Sofala (Deficiência Auditiva e o Instituto Nacional dos Deficientes Visuais) e uma na cidade de Nampula (Deficiência Mental) as quais foram nacionalizadas. Estas instituições tinham uma tripla subordinação, nomeadamente Saúde (assistência médica), Acção Social (apoio social) e a Educação professores, programas de estudo e o apoio directo às escolas.

A nível da economia, em Moçambique o Produto Interno Bruto (PIB) *Per Capita* triplicou desde 1992, chegando a 1.200 (per capita US \$) em 2013 (CIA World Fact book 2016). No entanto, a rápida expansão económica de Moçambique nas últimas décadas teve apenas um impacto moderado sobre a redução da pobreza, e a distribuição geográfica da pobreza permanece praticamente inalterada. Os efeitos combinados dos mais de 2 Mil milhões de Euros de empréstimos estatais não autorizados, revelados em 2016, calamidades naturais, queda do preço de matéria-prima no mercado internacional e conflitos políticos e militares internos causaram uma grave crise económica



em Moçambique, que colocou o Estado na situação económica e política instável.

### **Breve análise da situação actual da Educação Inclusiva nas Escolas Primárias de Moçambique**

A educação é um dos pilares essenciais na preparação do Capital Humano, de modo que este esteja suficientemente preparado para combater a pobreza, promover o desenvolvimento socioeconómico e o seu bem-estar. É neste espírito que a Constituição da República de Moçambique (CRM), estabeleceu que a educação constitui um direito de todo o cidadão, sendo o Estado o promotor da igualdade no acesso e usufruto desse direito.

Visto que cada aluno (indivíduo) pertencente a mesma sala de aula possui características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, nota-se que actualmente o desafio do sector de educação em Moçambique assenta na dificuldade em trabalhar com as diferenças e diversidades existentes, de modo que se possa construir um novo modelo de ensino e aprendizagem. As políticas referentes a educação inclusiva em Moçambique, começa a se fazer sentir no princípio de 1975, com o surgimento de 5 escolas especiais privadas, sendo que duas delas estavam localizadas na Cidade de Maputo, e que pretendiam atender pessoas com deficiência auditiva e mental, e duas, estavam localizadas na Província de Sofala que tinha por objectivo atender as pessoas com deficiência auditiva (DA), no Instituto Nacional dos Deficientes Visuais (INDV) e uma na cidade de Nampula, vocacionada no atendimento a deficiência mental (MINED, 1998).

De referir que em termos de efectivos escolares de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas escolas referenciadas de 1975 a 1990, oscilava de 20 a 50 alunos, e o rácio professor aluno era de 3 a 7 alunos. Entretanto, O MINEDH reabilitou e apetrechou a Escola Especial nº 1

e 2 para Deficiência Auditiva e Mental de Maputo. A partir de 2000 a 2013, os efectivos escolares se apresentam como abaixo ilustra a tabela:

**A tabela abaixo descrita indica os efectivos escolares 2000 a 2013 estratificadas em anos**

Nível de Ensino	Periodização		
	2000/2005	2006/2011	2012/2013
Escolas /Turmas Especiais	418	600	700
Ensino Primário	31 000	74 000	74 000
Ensino Secundário	120	250	360
Ensino Técnico-Profissional	1	5	27
Ensino Superior	7	14	14
Mercado de trabalho	5	20	45

Informação existente no Plano de Orientação Estratégica para Educação Inclusiva e o Desenvolvimento de Crianças com Deficiência-POEEIDCD, demonstra que uma parte significativa de crianças que tem acesso à escola estão inseridas nas Escolas Primárias e Secundárias Públicas de Moçambique. **Os dados indicam que em 2017 as escolas primárias e secundárias públicas receberam um total de 78.614 crianças com deficiência, correspondendo 1,25% da população escolar.**

Ainda de acordo com POEEIDCD (2017), apesar do rácio dos alunos com necessidades educativas especiais ser muito baixo, a situação agrava-se ainda mais com as altas taxas de desistência destes alunos, em quase todas as escolas de Moçambique, isso deve-se as **condições sociais e infra-**

**estruturais fornecidas pelas escolas e a discriminação/estigma que os alunos sofrem nas salas de aulas, recintos escolares e nas comunidades.**

### **3.3. Descrição do Quadro Legal Moçambicano no âmbito da Educação Inclusiva**

A nível político Moçambique é signatário da declaração de Salamanca-Espanha que afirma o compromisso de educação para todos. Com vista a materializar o seu compromisso em providenciar a educação para todos, em 2003, o Governo de Moçambique aprovou o **Decreto 53/2003 de Dezembro**, que orienta a construção e manutenção dos dispositivos técnicos de acessibilidade, circulação e utilização dos sistemas e serviços e lugares públicos a pessoa portadora de deficiência física ou mobilidade condicionada. Este decreto, no seu artigo número 9 preconiza que as instalações, edifícios, estabelecimentos bem como os respetivos espaços adjacentes já construídos e em construção, que não garantam acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, devem ser adaptados no prazo de dez anos. O decreto refere ainda que os edifícios devem possuir rampas, e em que a passagem de um pavimento para o outro de nível diferente, deve ser construída uma rampa. E essas rampas devem ter uma largura mínima de 1,50m, uma inclinação máxima de 6 grau e a extensão máxima, de um só lanço, de 6m. A cada lanço seguir-se-á um patamar de nível para descanso com a mesma largura da rampa deve ter um comprimento mínimo de 1,50m.

- Quando as rampas mudarem de direção deve haver uma plataforma de nível para descanso;
- Ambos os lados da rampa devem dispor de um duplo corrimão, a uma altura, respetivamente, de 0,90m e 0,75m da superfície da rampa. E os corrimãos devem prolongar-se, pelo menos 0,30m do início e do topo da rampa, sendo as extremidades arredondadas;

- Os pavimentos das rampas devem ser ladeados, por ambos os lados de fora, por uma proteção com uma altura mínima de 0,05m, ao lado de toda a extensão, a qual rematará a superfície do piso através de concordância côncava;
- A textura dos revestimentos das superfícies dos pisos das rampas deve ser de material que proporcione uma boa aderência e com diferenciação de textura e cor amarela no início e no fim das rampas.

No que diz respeito aos balcões, o decreto prevê que: a altura máxima dos balcões deve variar de 0,70m a 0,80m na extensão mínima de 2,00m. O espaço livre em frente aos balcões de atendimento deve ter um raio mínimo de 1,00m.

Quanto as instalações sanitárias de utilização geral, a legislação afirma que: Um dos quartos de banho, quer para o sexo feminino ou para masculino, deve ter medidas mínimas de 2,20m por 2,20m, permitindo acesso por ambos os lados da sanita. É obrigatória a colocação de barras de apoio bilateral, rebatíveis na vertical e a 0,70m do pavimento. A porta deve ser de correr ou de abrir para o exterior. O pavimento dos quartos de banho deve oferecer boa aderência;

A altura de colocação dos lavatórios deve variar de 0,70m a 0,80m da superfície do pavimento, devendo ser apoiados sobre poleias. As torneiras são do tipo hospitalar ou de pastilha. Todas as instalações sanitárias deverão ser apetrechadas com equipamento de alarme adequado, ligado ao sistema de alarme (luminoso e sonoro).

Todavia, apesar do reconhecido esforço do Estado moçambicano no âmbito político-legislativo, no País ainda é notório a predominância de edifícios antigos e recém-construídos que carecem de adaptações arquitectónicas plasmadas no Decreto 53/2008 de 30 de Dezembro, falta de estratégias





apropriadas de formação dos professores nos centros de formação, que possam facilitar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com necessidades educativas especiais, escassos, em algumas escolas inexistência, de recurso matérias didáticos para o ensino e aprendizagem para alunos com NEE. Por outro lado, ainda existem barreiras socioculturais que fazem com que muitos pais e encarregados de educação, sobretudo nas zonas rurais, não levem os seus educandos com necessidades educativas especiais as escolas.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa adoptou a perspectiva de análise qualitativa, e privilegiou **o método etnográfico**. Quanto a recolha de dados usou-se a observação directa e entrevistas semi-estruturada. O processo de recolha de dados ao nível do terreno cingiu-se em captar toda a informação ligada a situação das infra-estruturas escolares e seu impacto no acesso para as crianças com deficiência inseridas no ensino primário.

### 2.1. Fases da realização do estudo

A materialização dos objetivos do estudo foi feita tendo em consideração duas principais fases designadamente: *revisão Bibliográfica/documental* e *recolha e análise dos dados*. A primeira fase da pesquisa consistiu na revisão profunda do acervo bibliográfico/documental relacionada com a educação inclusiva ou especial. Este exercício permitiu com que se tivesse conhecimento exaustivo sobre o estágio atual da educação inclusiva no Mundo e em particular em Moçambique. Igualmente permitiu com que se pudesse efectuar uma radiografia sobre as exigências existente nos Termos de Referência.

Em termos concretos, no processo de revisão bibliográfica/documental consultou-se os seguintes documentos:

- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 25 de Agosto de 2009;
- **Lei 6/1992 de 6 de Maio:** Lei do Sistema Nacional da
- Educação. Este aborda sobre os diversos níveis de escolarização bem como a sua estrutura e organização. E sublinha ainda que a Educação é um direito e dever de todos os cidadãos bem como sublinha a necessidade de integração dos alunos com deficiência dentro das Escola regulares;

- **Decreto 58/2008 de 30 de Dezembro:** que aprova o Regulamento de Construção e Manutenção dos dispositivos técnicos de acessibilidade, circulação e utilização dos sistemas dos serviços públicos as pessoas com deficiência ou de mobilidade condicionada.
- **Estratégia da Pessoa portadora de deficiência na função pública-2009-2013;**
- **Política de Acção Social (1998):** estabelece as linhas gerais da política e estratégia do Governo, sobre as questões da Acção Social do país, as quais incluem questões ligadas a deficiência e criança no geral;
- **Plano Nacional de Acção para as Crianças (PNAC II 2013 – 2019):** documento estratégico que estabelece o quadro de prioridades e metas para as crianças. Este reitera o compromisso de Moçambique a garantir todos os direitos para todas as crianças até os 18 anos de idade;
- **Plano Nacional de Acção para Deficiência-PNAD- (2006-2010):** documento estratégico que estabelece as acções prioritárias para a área de deficiência;
- **Programa Quinquenal do Governo de Moçambique-2015-2019;**
- **Plano Estratégico do Sector de educação-2012-2016;**
- **Plano de orientação estratégica para a educação inclusiva e desenvolvimento de criança com deficiência;**
- **Plano da área da deficiência-2006-2010;**

Na segunda fase do estudo, foi realizado o levantamento de toda a informação tida como relevante para a pesquisa. E isso foi possível graças a aplicação dos seguintes instrumentos de coleta de dados:

- **Entrevistas Semi-estruturadas**

Este instrumento de colecta de informação foi aplicado de forma individual para diferentes grupos alvo da pesquisa, mais concretamente para os membros da Associação dos deficientes de Moçambique-ADEMO, Diretores das Escolas especiais e públicas, Professores das escolas, pessoal técnico do departamento de educação especial do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, MINEDH- Direção de infraestruturas e Equipamento Escolar.

Há que salientar que a elaboração das questões existentes no guião de entrevista, foram feitas no sentido de captar evidências referente as condições mínimas necessárias para o acesso das pessoas com deficiência, condições essas tais como a existência de Rampas; Corrimãos, Sanitários adaptados, existência de um símbolo internacional de acesso.

## **2.2. Cobertura Geográfica versus Amostra da Pesquisa**

- **Cobertura Geográfica**

A pesquisa foi realizada nas escolas primárias localizadas na Província e Cidade de Maputo. Estas escolas foram escolhidas por um lado por reunirem pessoas com algum tipo de deficiência e também por permitirem fazer comparações objectivas inerentes as diferenças entre as infra-estruturas escolares frequentadas pelos deficientes.

- **CrITÉrio de Escolha da Amostra**

O estudo pautou pelo uso da amostra por escolha racional, que permitiu com que se fosse buscar no total da população uma parte da amostra que interessa a pesquisa tendo em consideração o conhecimento do investigador sobre a temática que constitui objeto do presente trabalho. Assim sendo, foram seleccionados os seguintes grupos alvos:

- ❖ Membros da Associação dos deficientes de Moçambique-ADEMO;

- ❖ Diretores das Escolas especiais e públicas;
  - ❖ Professores das escolas públicas e especiais;
  - ❖ Pessoal técnico do departamento de educação especial do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano-Departamento de infraestruturas e equipamento escolar, departamento de educação especial;
  - ❖ Membros do Fórum das Associações Moçambicanas de deficientes-FAMOD.
- **Cobertura das Instituições visitadas**

Tabela nº 1: Instituições visitadas

Cobertura Geográfica	Instituições Visitadas	Nº de Entrevistados
<b>Cidade de Maputo</b>	MINEDH-Departamento de educação especial,	1
	MINEDH-Direção de infra-estruturas e equipamento escolar	3
	ADEMO-Associação dos deficientes de Moçambique	3
	TV-Surdo (Media Inclusiva)	3
	Escola Especial Nº2	9
	Escola Especial Nº1	2
	EPC 25 de Junho (Rua 4)	2
	EPC 25 de Junho (Rua 7)	2
	Escola Primária 16 de Junho	3
	Escola Primária 3 de Fevereiro	1
	Escola Primária da Manhiça	2
<b>Província de Maputo</b>	Escola Primária de Mulembja	5
	Escola Primária de Marracuene	3
	Escola Primária Completa 29 de Setembro	4
	Escola Primária Completa 4 de Outubro	3
	Escola Primária da Matola	3
		49

A escolha destas instituições deveu-se as seguintes razões:

- ✓ Ser instituições localizadas na Província e Cidade de Maputo e que tem responsabilidades acrescidas na advocacia para a inserção dos deficientes físicos, visuais e auditivos;
- ✓ Entidades que tem a responsabilidade na supervisão do plasmado no Decreto 53/2008 de 30 de Dezembro;
- ✓ Instituições em que os deficientes tem frequentado;
- ✓ Instituições de tutela e responsáveis pela aprovação e supervisão de Edifícios e instalações escolares e de formação;

### **2.3. Constrangimentos do Estudo**

No decurso da realização de qualquer actividade seja ela de ordem académica ou de outro género, há sempre aspectos que por vezes constroem a prossecução da mesma. Portanto, tomando em conta este facto, de entre vários constrangimentos sentidos e vividos na realização deste estudo constam: A impossibilidade de realizar entrevistas no Ministério das Obras Públicas e Recursos Hídricos, devido a excesso de burocracia.

### **3. RESULTADOS DO ESTUDO**

Nesta secção do estudo pretende-se: i) Descrever as condições de acesso das infra-estruturas escolares para crianças com necessidade educativa especial; ii) Descrever e analisar os Recursos Humanos/Pedagógicos existentes nas escolas que possam contribuir para uma inclusão escolar efectiva para as crianças com necessidade educativa especial (deficientes físicos, auditivos e Visuais); iii) Analisar o impacto (positivo e negativo) da existência/não existências de condições de acesso das infra-estruturas escolares para crianças com necessidade educativa especial.

#### **3.1. Estado actual das condições de acesso das infra-estruturas escolares para crianças com necessidade educativa especial no Ensino Primário**

De acordo com as observações feitas **em Oito (8)** escolas primárias da Província e Cidade de Maputo, constatou-se que maior parte das escolas apresentam uma construção arquitectónica, com acessos de entradas (quer a entrada principal dos edifícios, como para as salas de aulas e secretaria), que dificultam adesão dos alunos com locomoção condicionada. Algumas escolas apresentam, logo na entrada dos edifícios, escadas com declives bastante acentuados. Como pode-se ver nas imagens abaixo.





**Imagem 1-Fonte:** Dados da Pesquisa (2018)-Acesso da Escola Primária do 2º Grau 16 de Junho



**Imagem 2** -Acesso principal da Escola Primária da Manhica



A pesquisa observou igualmente que em relação a acessibilidade para as salas de aulas, banheiros, biblioteca, áreas administrativas, pátios de prática desportiva e recreação, alimentação e demais ambientes pedagógicos não possuem uma rota acessível que interliga o acesso de alunos com deficiência física e visual aos locais acima mencionados. Ou seja, o estudo observou que as escolas visitadas apresentam deficiências em relação às acessibilidades arquitectónicas e físicas necessárias para que os alunos usuários de cadeiras de rodas, bem como alunos com problemas visuais possam locomover-se e frequentar todos os espaços existentes nas escolas.

Observou-se também que os acessos não estão identificados como um espaço de acesso a estudantes com deficiência física, visual. As escolas não contêm sinais e símbolos que possam orientar os alunos. A indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário e dos espaços não foi feita com o uso do símbolo, preferencialmente branco sobre o fundo azul, branco sobre fundo preto e preto sobre fundo branco. Através dos dados da pesquisa foi possível verificar que não existem corrimãos com sinalização táctil, sinalização táctil dos pisos para infraestruturas com andares.

O acesso a um dos locais de diversão e desporto são espaços abertos e de terra com muito areal, não permitindo a acessibilidade e fácil locomoção dos alunos cadeirantes. Como mostra a imagem abaixo:



**Figura 3**-Escola Primária Completa 25 de Junho (Rua 7).

A imagem que abaixo demonstra a dificuldade que um aluno deficiente físico tem em circular, devido ao excesso de areia existente no recinto da escola. Vede a imagem 4:



**Imagem 4**--Escola Primária de Mulembja (Manhiça)

Tomando em consideração a questão da deficiência, acessibilidade e inclusão, e olhando para o quotidiano dos alunos com deficiência física, auditiva e visual, o estudo entende que não pode ser a criança deficiente que se deve adaptar as condições oferecidas pela escola, mas sim, como recomenda a Lei, a escola é que se deve adaptar de modo a receber crianças com necessidades educativas especiais, independentemente da natureza da necessidade educativa. Como atesta o depoimento a baixo:

*“De forma geral a questão da deficiência é precária, pois a criança não pode ser o sujeito primeiro a se adaptar a escola, mas sim a escola é que deve se adaptar a criança”. Vede a imagem abaixo – mostrando a dificuldade que um aluno cadeirante tem em se movimentar resultante da existência de um declive bastante acentuado e que esta na entrada da secretaria da escola em que frequenta.*



**Imagem 5-** Escola Primária de Mulembja (Manhiça)



**Imagem 6:** Entrada que dá acesso a Escola Primária Completa da Manhica



Em relação a arquitectura projectada nas escolas para o acesso de alunos com necessidades educativas especiais, sobretudo os portadores de deficiência psicomotora, o estudo observou as mesmas de forma geral não respeitam o decreto-lei 53/2008 de 30 de Dezembro., pois a Lei recomenda que as vias de acesso nas escolas devem ser compactos e as suas superfícies revestidas de material onde a textura proporciona uma boa aderência, continuidade, firmeza, estabilidade, e sem interrupções ou mudanças abruptas de nível.

As escadas que dão o acesso as escolas (instituição de serviços publico), a lei prevê que o material a ser usado no revestimento do pavimento deve ser de textura diferente da do pavimento que as antecede e de cor amarela. No atinente as rampas, o decreto-lei 53/2008 estipula que as rampas devem ter uma largura mínima de 1,50m, uma inclinação máxima de 6% e a extensão máxima, de um lanço, de 6m. A cada lanço seguir-se-á um patamar de nível para descanso com a mesma largura da rampa e um comprimento mínimo de 1,50m. Todavia, **estas recomendações plasmadas na lei, ao longo do estudo, não foi possível encontrar uma escola que respeitasse, pelo menos a 50% das exigências.**

- **Estado das casas de banhos/ balneários**

Em relação as infraestruturas dos quartos de banho apresentam-se com uma construção não adaptada para os alunos com locomoção condicionada. O modelo das sanitas existentes não permitem com que as pessoas com deficiência física e que se locomovem em cadeiras de rodas possam fazer o seu devido uso. Como ilustra a imagem abaixo:



**Figura 7:** Ilustra a entrada apertada da casa de Banho da Escola Primária 25 de Junho (Rua 7)

Para que os alunos com deficiências físicas tenham um acesso facilitado as casas de banho, as mesmas devem ser construídas com uma medida mínimas de 2,20m por 2,20m, permitindo o acesso por ambos os lados da sanita. A porta deve ser de correr ou de abrir para o exterior. O pavimento dos quartos de banho deve oferecer boa aderência; A altura de colocação dos lavatórios deve variar de 0,70m a 0,80m da superfície do pavimento, devendo ser apoiados sobre poleias e não sobre pedestais. As torneiras devem ser do tipo hospitalar ou de pastilha.

- **Boas práticas Relativas de construção de uma casa de banho com fácil acesso para todo tipo de aluno**

Pese embora a maioria das escolas visitadas, demonstram o não cumprimento dos requisitos plasmados no decreto 53/2008, observou-se que em termos de vantagens competitivas com as outras escolas visitadas algumas (mais em

número muito reduzido) recentemente construídas reúnem requisitos mínimos de acessibilidade, tais como como identificação visual/ilustrativa dos quartos de banho. A título de exemplo pode-se verificar a imagem abaixo, que faz referencia dos quartos de banho recentes de uma das escolas visitadas (Escola da Manhiça):



**Figura 8:** Exemplo de boas praticas consideradas relativa da escola primária da Manhiça.

#### **4.2. Análise dos Recursos Humanos/Pedagógicos disponíveis para alunos com necessidade educativa especial (deficientes físicos, auditivos e Visuais) das Escolas alvo da pesquisa.**

No concernente aos elementos do mobiliário interno, sobretudo espaços disponíveis entre as carteiras, o estudo observou que elas não são também acessíveis, e não garantem áreas de aproximação e manobra a uma rotação de 180° para as pessoas com deficiência física. Como atesta o depoimento a baixo:

*“Devido a dimensão das salas o espaço entre as carteiras é apertado e não permite com que o cadeirante faça manobra para se direccionar ao quadro.”*

Dado que o estudo previa também abarcar pessoas com deficiência visual e auditiva, constatou-se que as bibliotecas não possuem publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais.

Visto que atualmente as linhas orientadoras da educação especial moçambicana privilegia a questão da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas comuns, como forma de romper a questão da estigmatização das pessoas com deficiências, o que o estudo constatou ao nível do terreno, é que a implementação e efetivação da abordagem inclusiva nas escolas nos moldes nacionais e internacionalmente aceites, é bastante difícil, porque nas escolas visitadas o grande problema ou barreira assenta na inexistência de corpo docente qualificado/com formação técnica adequada para responder as exigências deste grupo alvo. Ou seja o estudo aferiu que o corpo docente não tem alguma noção por exemplo das línguas de sinais. E igualmente notou-se a falta de manuais/instrumentos e ou programas que respondem as especificidades das pessoas com necessidades especiais. Como refere um dos nossos entrevistados:

*“Se quisermos pensar na inclusão, não devemos simplesmente olhar nas condições arquitetónicas das infra-estruturas, também devemos olhar e pensar nos instrumentos ou materiais didáticos,devemos também pensar na qualificação técnica dos professores. E quanto a esse aspecto na escola em que dirijo não existe técnicos qualificados.”*

#### **4.3. Impacto (positivo e negativo) da existência/não existências de condições de acesso das infraestruturas escolares para crianças com necessidade educativa especial.**

No atinente aos **aspectos positivos** trazidos pelas adequadas reformas arquitectónicas das infraestruturas escolares, percebe-se que ela tem um



papel crucial na formação dos alunos com necessidades educativas especiais, pois garante-lhes, primeiro, o fácil acesso e mobilidade nas escolas, bem como oferece um certo conforto e bem-estar, que por seu turno faz com que o aluno aumente o nível de auto-estima, sentindo-se deste modo incluído no processo de ensino e aprendizagem. Mas também, um dos impactos positivos resultantes das boas condições arquitectónicas influencia diretamente no interesse dos pais e encarregados de educação em levar os seus filhos a escola. Igualmente permite com que o aluno prevaleça na escola, tornando mais activo, e produtivo em termos de captação e produção do conhecimento científico. Como refere um dos nossos depoentes:

*“Uma escola muito bem construída e que reúne requisitos plasmados no Decreto-Lei, faz com que primeiro os familiares sintam-se motivados em levar o seu filho deficiente a escola, e em segundo lugar, permite com que este aluno deficiente esteja muito bem motivado a permanecer na escola, elevando deste modo o seu desempenho escolar”*

**Ou por outra:**

*“Se a escola regularizar a questão da acessibilidade, haverá maior número de crianças deficientes a ir a escola.”*

Portanto, o último excerto de um dos nossos entrevistados, demonstra que uma escola arquitetonicamente bem construída e ou concebida, serve de catalisador para que o volume de adesão e acesso das crianças deficientes aumente.

Os dados de campo demonstram igualmente que havendo boas infra-estruturas escolares de caris inclusiva, os alunos com necessidades educativas especiais podem se sentir melhor integrados e com um espírito de pertença e companheirismo maior para com os outros alunos. Ou seja, estimula um quadro de lazer aceitável para todos os integrantes da escola.

Ainda no âmbito da relação entre as boas condições arquitetónicas ou físicas das escolas, e o seu impacto para as crianças com deficiência física, auditiva e visual, concluiu-se que a presença de espaços de apoio ao ensino



tais como bibliotecas adaptadas, banheiros, altura do quadro, existência de rampas com padrões nacionais e internacionalmente aceites, contribuem fortemente para o aproveitamento pedagógico dos alunos.

Em relação aos **impactos negativos** que podem advir da não reforma arquitetónica das infra-estruturas escolares, o estudo constatou que se a escola não estiver preparada para receber este grupo alvo, estes podem incorrer o risco de estarem insatisfeitos, e esta insatisfação pode influenciar fortemente para ausência e evasão escolar, desistência, assim como a existência de um elevado nível de reprovação deste grupo alvo, em detrimento de estarem desmotivados pela inexistência de infra-estruturas escolares que lhes podem albergar.

## 5. CONCLUSÕES

A pesquisa constatou que embora Moçambique seja signatário da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e tenha também uma legislação actual que preconiza a reestruturação arquitetónica das infraestruturas escolares, a questão da acessibilidade e do melhoramento das condições arquitetónicas das infraestruturas escolares, ainda constitui um enorme desafio, isto porque passados dez anos da promulgação do decreto-lei 53/2008, as escolas da Província e Cidade de Maputo continuam a não obedecer os critérios de construção plasmados no instrumento legal acima supracitado.

Diante disso, o estudo constatou que no que tange a acessibilidade, ainda prevalece a inexistência de rampas que permitem a fácil locomoção das pessoas com deficiência. Igualmente notou-se que nos quartos de banho, a entrada que dá acesso direto a sanita assim como o próprio modelo de sanita existente nas escolas visitadas pelo estudo, não permite com que as pessoas com deficiência física (cadeirante) possa fazer o seu devido uso. Em relação as salas de aulas, banheiros, biblioteca, pátio de diversão, áreas administrativas, de prática desportiva, de recreação, de alimentação e demais ambientes pedagógicos dos edifícios escolares visitados, não possuem nem sequer, uma rota acessível que permite com que os alunos com deficiência física e visual possam frequentar e ou fazer o uso dos espaços acima referidos.

Em relação ao impacto das condições de acesso das infraestruturas escolares para as crianças com necessidade educativas especiais, a pesquisa concluiu que estes se subdividem em positivos e negativos, onde no positivo, as boas reformas arquitetónicas das infraestruturas escolares, possibilitam e influenciam no positivo aproveitamento pedagógico dos alunos com NEE, pois garante-lhes conforto e bem-estar. Mas também, influencia diretamente no interesse dos familiares e dos alunos com NEE permanecerem nas escolas.



Um outro aspecto, que as boas construções arquitetónicas das infraestruturas podem trazer é de servir de catalisador para que o volume de adesão e acesso das crianças deficientes nas escolas aumente.

Quanto aos impactos negativos resultantes da falta de condições arquitetónicas das infraestruturas escolares, o estudo aferiu que esta pode abrir espaço para que as crianças se sintam insatisfeitas, e esta insatisfação pode influenciar fortemente para ausência e evasão escolar.

## 6. RECOMENDAÇÕES

### Para o MINEDH

- Fazer respeitar o decreto-lei 53/2008 de 30 de Dezembro no âmbito das construções ou reconstrução de infraestruturas, criando uma plataforma de comunicação com as entidades responsáveis nas construções de edifícios escolares.
- Criar fundos juntos dos parceiros para que as construções dos edifícios escolares obedeçam o que está plasmado no Decreto 53/2008 de 30 de Dezembro;
- Ajustar as infra-estruturas escolares antigas, de modo que possa albergar as exigências existentes no Decreto-Lei 53/2008 de 30 de Dezembro;
- Continuar a aprofundar a todos os níveis o debate sobre temáticas de Direitos à Educação dos alunos com necessidades educativas especiais, pois estes são também membros da sociedade e merecem uma atenção especial, sem que isso signifique discriminação, mas sim um esforço de mantê-los em condições de igualdade com os outros.
- Criar de monitoria multisectorial e disciplinar para monitorar as construções. Nesta equipa deve ter um membro da OSC;
- Incluir no programa de formação de professores metodologias que permitem com que os professores tenham competência básica e avançada para lidar com alunos com NEE, tais como línguas de sinais, sistema Braille, etc.;
- Criação de gestores inclusivos, que teriam o papel de influenciar os pais e encarregados a levarem os seus filhos para as escolas;
- Em colaboração com as direções das escolas, pais encarregados de educação, OSCs continuar a meter o acento em temáticas de Direitos à

Educação dos alunos com necessidades educativas especiais, pois estes são também membros da sociedade e merecem uma atenção especial, sem que isso signifique discriminação, mas sim um esforço de mantê-los em condições de igualdade com os outros.

### **Para as OSCs**

- Continuar a advogar junto ao MINEDH para que as construções dos edifícios escolares obedeçam o Decreto 53/2008 de 30 de Dezembro;
- Desenvolver uma estratégia de trabalho com as direções das escolas, pais e encarregados de educação, com vista a promover palestras, reuniões que visam partilhar o conteúdo e as linhas orientadoras existente no Decreto 53/2008 de 30 de Dezembro;
- Em colaboração com o Ministério, providenciar capacitações contínuas aos professores em técnicas básicas de ensino inclusivo;
- Incluir no programa de formação inicial e contínua de professores, metodologias que permitem com que os professores tenham competência básica e avançada para lidar com alunos com NEE, tais como línguas de sinais, sistema Braille, etc.

### **Para as Direções das Escolas**

- Promover diálogo permanente com os membros dos Conselhos de escola, de modo a criar fundos independentes para a criação por exemplo de rampas entre outros aspetos inerentes ao acesso das pessoas com necessidades educativas especiais;
- Dialogar com as direções Provinciais de educação, quiçá o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, de modo que os possa mostrar



a situação da escola em termos de acessibilidade para as pessoas com necessidades educativas especiais;

- Juntamente com os Conselhos de escolas, sensibilizar os pais e encarregados de educação das crianças com necessidades educativas especiais, para que levem os seus filhos a escola, pois existe uma Lei que os assiste e os protege;
- Promover um diálogo permanente com os membros dos Conselhos de escola, de modo a alocar os fundos do ADE para a criação, por exemplo, de rampas, entre outros aspectos inerentes ao acesso das pessoas com necessidades educativas especiais.

#### **Para a Comunidade (País e Encarregados de Educação).**

- Os pais e encarregados de educação devem acompanhar os seus filhos a escola e exigir que lhes seja reposta o que o Decreto 53/2008 preconiza para as pessoas com deficiência;
- Participar de forma mais activa na formação dos seus educandos – por exemplo pode monitorar o processo de integração, socialização (endoculturação) e ensino e aprendizagem dos seus educandos.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, 2006.

BARROS, Márcia da Silva, *Acessibilidade, direito de todos de ir e vir*.2010. Disponível em: <http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=artigos-detalle&id=1056>, acesso em 19 de Setembro, 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1999. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro.

BELTRANE, Muaria Bontorin, MOURA, Grazielle Ribeiro Soares. *Edificações Escolares: Infraestruturas Necessárias ao processo de Ensino e aprendizagem Escolar*, s/a.

BOLETIM DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial n° 191/2011 de 25 de Julho, Maputo, Imprensa Nacional, 2011.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 4° Edição Revista e Atualizada, Brasília, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO-Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.

DA SILVA, Flávia Natália Ramos, VOLPIN, Maria Neli. *Inclusão escolar de alunos com deficiência física: Conquista e desafios*, São Paulo, 2014.

Diploma Ministerial n° 58/2003 de 4 de Junho, Imprensa Nacional, 2003.

DUARTE, José B. (Org). *Igualdade e diferença uma escola para todos: contextos, controvérsias, perspetivas*. Universitárias Lusófonas, 2002.





FÁVERO, Gonzaga et al. *Atendimento Educacional Especializado: aspetos legais e orientações pedagógicas*. São Paulo: MEC, 2007.

GOMES, Elisangela Ferreira, FICAGNA, Rosilei Gugel. *Acessibilidade como processo de inclusão de estudantes com deficiência física no contexto escolar*, s/a.

MANTOAN, Maria T. *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo, Summus editorial, 2015.

MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS: O direito à Escola acessível. Ministério da Educação-Secretaria de Educação Especial, Brasília, Agosto de 2009.

MOÇAMBIQUE-Diploma Ministerial nº 8/95 de 22 de Agosto que Aprova a Política Nacional de Educação, I serie numero 41.

MOÇAMBIQUE. Constituição da Republica de Moçambique. Maputo, 2004

MINED. Plano Estratégico de Educação— 1999-2003: *Combater a Exclusão, Renovar a Escola*. Maputo, MINED, 1998.

MINISTÉRIO DO GENERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL, Perfil de Género de Moçambique. Maputo, 2016.

MINEDH, 2012, *Plano Estratégico de Educação 2012-2016*. Maputo;

REGINALDO, José Salinas. *A educação inclusiva: perfil, avança e desafios no contexto da implementação das estratégias das praticas educativa em Moçambique*, 2011.





## **8. APÊNDICES**

**Tabela 2 – Cobertura das Entrevistas**

<b>Cobertura Geográfica</b>	<b>Instituições Visitadas</b>	<b>Nº de Entrevistados</b>
<b>Cidade de Maputo</b>	MINEDH-Departamento de educação especial,	1
	MINEDH-Direção de infra-estruturas e equipamento escolar	3
	ADEMO-Associação dos deficientes de Moçambique	3
	TV-Surdo (Media Inclusiva)	3
	Escola Especial Nº2	9
	Escola Especial Nº1	2
	EPC 25 de Junho (Rua 4)	2
	EPC 25 de Junho (Rua 7)	2
	Escola Primária 16 de Junho	3
	Escola Primária 3 de Fevereiro	1
	Escola Primária da Manhica	2
<b>Província de Maputo</b>	Escola Primária de Mulembja	5
	Escola Primária de Marracuene	3
	Escola Primária Completa 29 de Setembro	4
	Escola Primária Completa 4 de Outubro	3
	Escola Primária da Matola	3
<b>Total de Entrevistados</b>		<b>49</b>



## GUIÕES DE ENTREVISTAS

### I. GUIÃO DE ENTREVISTA- DIRECTORES DE ESCOLAS

Entrevista n°:\_\_\_\_\_ Local \_\_\_\_\_Data da Entrevista  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome do entrevistador:

\_\_\_\_\_

### II. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Nome (Opcional):\_\_\_\_\_

Idade\_\_\_\_\_

Sexo\_\_\_\_\_

Profissão\_\_\_\_\_

Contactos\_\_\_\_\_

#### 2.1. Introdução

Bom dia/Boa tarde Senhor/a. Obrigado por ter-nos recebido, apesar de sabermos que o seu tempo é precioso. Chamo-me **(Seu nome)**, Sou colaborador da Empresa Nunisa Consultor, Lda., estamos a realizar um estudo encomendado pelo Movimento de Educação para Todos **(MEPT)**. O

estudo tem como objetivo compreender a situação das infraestruturas escolares e seu impacto no acesso para as crianças com deficiência. Com vista a alcançar os nossos objetivos gostaríamos, em alguns minutos, poder conversar com o Senhor acerca deste assunto.

### **QUESTOES SOBRE DIFICIENCIA FISICA**

1. Senhor Diretor/a, sabe-se que 32 milhões de crianças com algum tipo de deficiência que vivem em países de baixa e média renda, estão fora da escola e lhes são negadas o acesso a educação.
  - a) Tendo em consideração o cenário acima mencionado, pode dizer-nos como é que a escola que o/a Senhor/a dirige foi construída para albergar as pessoas com deficiência física, auditiva e visual?
2. No seu entender, qual é o impacto que as boas reformas arquitetónicas de infraestruturas escolares, pode trazer para as crianças com deficiência física?
3. Pode dizer-nos qual poderá ser o impacto resultante da não reforma arquitetónica das infraestruturas escolares para as crianças com deficiência física?
4. Sr./a, visto que já terminarmos a nossa conversa, tem alguma recomendação ou algum acréscimo a deixar ficar?



**Obrigado pela Colaboração**

**I. GUIÃO DE ENTREVISTA- ESTUDANTES PORTADORES DE DEFICIENCIA (FISICA, AUDITIVA E VISUAL**

Entrevista nº: \_\_\_\_\_ Local \_\_\_\_\_ Data da Entrevista  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome do entrevistador:

\_\_\_\_\_

**II. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE**

Nome (Opcional): \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Sexo \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Contactos \_\_\_\_\_

Bom dia/Boa tarde Senhor/a . Obrigado por ter-nos recebido, apesar de sabermos que o seu tempo é precioso. Chamo-me (**Seu nome**), Sou colaborador da Empresa Nunisa Consultor, Lda, estamos a realizar um estudo encomendado pelo Movimento de Educação para Todos (**MEPT**). O estudo tem como objectivo compreender a situação das infraestruturas escolares e seu impacto no acesso para as crianças com deficiência. Com vista a alcançar os nossos objectivos gostaríamos, em alguns minutos, poder conversar com o Senhor acerca deste assunto.



## **QUESTOES SOBRE DIFICIENCIA FISICA**

1. Senhor, sabe-se que 32 milhões de crianças com algum tipo de deficiência que vivem em países de baixa e média renda, estão fora da escola e lhes são negadas o acesso a educação.

a) Tendo em consideração o cenário acima mencionado, pode fazer uma avaliação rápida sobre como as nossas infraestruturas escolares foram construídas/concebidas, de modo que possam albergar os deficientes físicos, auditivos e visuais?

2. Em termos arquitetónicos, pode dizer o que é que gostaria que a sua e as outras escolas tivessem e que pudesse beneficiar os deficientes físicos, auditivos e visuais?

3. No seu entender, qual é o impacto que as boas reformas arquitetónicas de infraestruturas escolares, pode trazer para as crianças com deficiência física, auditiva e visual?

4. Pode dizer-nos qual poderá ser o impacto resultante da não reforma arquitetónica das infraestruturas escolares para as crianças com deficiência física, auditiva e visual?

5. Sr./a, visto que já terminarmos a nossa conversa, tem alguma recomendação ou algum acréscimo a deixar ficar?

**Obrigado pela Colaboração**





### **III. GUIÃO DE ENTREVISTA- PARA OS JORNALISTAS DA TV SURDO (MEDIA INCLUSIVA DA IREX)**

Entrevista n°:\_\_\_\_\_ Local \_\_\_\_\_ Data da Entrevista  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome do entrevistador:

\_\_\_\_\_

### **IV. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE**

Nome (Opcional):\_\_\_\_\_

Idade\_\_\_\_\_

Sexo\_\_\_\_\_

Profissão\_\_\_\_\_

Contactos\_\_\_\_\_

#### **4.1. Introdução**

Bom dia/Boa tarde Senhor/a . Obrigado por ter-nos recebido, apesar de sabermos que o seu tempo é precioso. Chamo-me **(Seu nome)**, Sou colaborador da Empresa Nunisa Consultor, Lda, estamos a realizar um estudo encomendado pelo Movimento de Educação para Todos **(MEPT)**. O estudo tem como objectivo compreender a situação das infraestruturas escolares e seu impacto no acesso para as crianças com deficiência. Com vista a alcançar os nossos objectivos gostaríamos, em alguns minutos, poder conversar com o Senhor acerca deste assunto.

### **QUESTOES SOBRE DIFICIENCIA FISICA**



5. Senhor/a, jornalista sabe-se que 32 milhões de crianças com algum tipo de deficiência que vivem em países de baixa e média renda, estão fora da escola e lhes são negadas o acesso a educação, e isso deve-se ao facto de falta de construção de escolas adequadas que possibilitam a inserção deste estrsto populacional
  - b) Tendo em consideração o cenário acima mencionado, qual é a avaliação que fazes sobre a situação das escolas moçambicanas, no processo de acesso as pessoas com deficiência física, auditiva e visual?
6. De modo a albergar e a garantir o acesso de pessoas com deficiência física, auditiva e visual, como é que vocês acham que deveriam ser construídas as escolas moçambicanas?
7. Qual é o impacto que as boas reformas arquitetónicas das infraestruturas escolares, podem trazer para as crianças com deficiência física, auditiva e visual?

Sr/a, visto que já terminarmos a nossa conversa, tem alguma recomendação ou algum acréscimo a deixar ficar?

**Obrigado pela Colaboração**



**GUIÃO DE ENTREVISTA- PARA OS TÉCNICOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MOÇAMBIQUE**

Entrevista n°:\_\_\_\_\_ Local \_\_\_\_\_Data da Entrevista  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome do entrevistador:

\_\_\_\_\_

**V. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE**

Nome (Opcional):\_\_\_\_\_

Idade\_\_\_\_\_

Sexo\_\_\_\_\_

Profissão\_\_\_\_\_

Contactos\_\_\_\_\_

**5.1. Introdução**

Bom dia/Boa tarde Senhor/a . Obrigado por ter-nos recebido, apesar de sabermos que o seu tempo é precioso. Chamo-me (**Seu nome**), Sou colaborador da Empresa Nunisa Consultor, Lda, estamos a realizar um estudo encomendado pelo Movimento de Educação para Todos (**MEPT**). O estudo tem como objectivo compreender a situação das infra-estruturas escolares e seu impacto no acesso para as crianças com deficiência. Com vista a alcançar os nossos objectivos gostaríamos, em alguns minutos, poder conversar com o Senhor acerca deste assunto.

**QUESTOES SOBRE DIFICIENCIA FISICA**

8. Senhor/a, sabe-se que 32 milhões de crianças com algum tipo de deficiência que vivem em países de baixa e média renda, estão fora da escola e lhes são negadas o acesso a educação.



- c) Tendo em consideração o cenário acima mencionado, o que é que o Ministério esta a fazer para reverter tal situação?
9. Quantas escolas da cidade e província de Maputo tem estruturas arquitetónicas adequadas e que facilitam o acesso das crianças com mobilidade reduzida (deficiência física)? Por favor, pode especificar as escolas?
10. Em termos arquitetónicos, como é que a escola deve ser construída para albergar pessoas com deficiência? (Por favor, o consultor deve cingir-se em captar informações referente a **construção de rampas**-deve ver se as rampas tem corrimões apropriados e em duas alturas, um com 0,70 m e outro 0,92m, largura das **portas** deve ser no mínimo 0,80m e altura de 2,10m, as **carteiras** devem ter no mínimo 0,73m do piso, as portas do banheiro devem ser grandes, deve possuir barras de apoio para o vaso sanitário e para os lavatórios e igualmente as adaptações variam de acordo com o sexo, nos **acessos** deve ter o símbolo internacional de acesso que deve ser branco e fundo azul, verificar se existe áreas e vagas de estacionamento de veículos)
- a) Qual é o impacto que as boas reformas arquitetónicas de tais infraestruturas escolares, podem trazer para as crianças com deficiência física?
11. Pode dizer-nos quais são as exigências que vocês como MINEDH tem feito no processo de construção de infraestruturas escolares para deficientes?  
( )
12. Pode dizer-nos qual poderá ser o impacto resultante das péssimas condições das infraestruturas escolares para as crianças com deficiência física?
13. Gostaríamos de saber qual foi o investimento feito ou orçamento que foi alocado para a melhoria e inclusão das pessoas com deficiência física? (permitimos também em termos percentuais).
- a) Julga que este investimento ou recurso alocado, garantem a melhoria das infraestruturas escolares, de modo que estas possam ser acessíveis para as pessoas com mobilidade reduzida?

## **QUESTOES SOBRE DIFICIENCIA VISUAL-CEGUEIRA**

14. Para os deficientes visuais-Cegos, pode dizer-nos o que é que o MINEDH tem estado a fazer no processo de equipamento de escolas para esse estrato populacional? (Nesta questão o consultor deve verificar se a escola esta preparada em termos de **acesso**, se no processo de lecionação **usa-se figuras ou textos, caracteres em relevo, braille ou figuras em relevo, se se utiliza recursos auditivos**, verificar se existe **símbolo internacional de pessoas com deficiência visual** que deve ser um pictograma branco sobre fundo azul, pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco, rampas, sinalização táctil em portas, sinalização táctil dos corrimãos (deve ter um anel) de escadas e rampas)
- **Sinalização em Braille**, informando sobre os parâmetros no início e no final das escadas fixas e rampas, instaladas na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão

#### **QUESTOES SOBRE DIFICIENCIA AUDITIVA-SURDEZ**

15. Para os deficientes visuais-Cegos, pode dizer-nos o que é que o MINEDH tem estado a fazer no processo de equipamento de escolas para esse estrato populacional? (Nesta questão o consultor deve verificar se no processo de lecionação usa-se **figuras ou textos, caracteres em relevo, verificar se existe símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva-Surdez** que deve ser um pictograma branco sobre fundo azul, pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco, sinalização visual das portas)
16. Sr./a, visto que já terminarmos a nossa conversa, tem alguma recomendação ou algum acréscimo a deixar ficar?

**Obrigado pela Colaboração**